

A DISPUTA PELO TERRITÓRIO MIDIÁTICO

Os povos indígenas do Baixo Tapajós e Arapiuns pautando os discursos a partir do programa A Hora do Xibé

Tatiana Castro Mota

Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), linha de pesquisa Imagem, Estética e Cultura Contemporânea. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Área de Concentração: Comunicação e Educação. E-mail: tatica.mota@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0750-0193>.

Luís de Camões Lima Boaventura

Procurador da República. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Linha de pesquisa: Movimentos sociais, Conflitos e Direitos Humanos. E-mail: camoes_boaventura@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6339-2900>.

Resumo: Este artigo apresenta uma experiência de rádio no interior da Amazônia brasileira, em que indígenas universitários constroem e fortalecem suas próprias práticas e teorias comunicativas, mediante processos dialógicos, dando visibilidade a seus costumes, lutas e aspirações. O programa “A hora do xibé”, produto de nossa análise empírica, ao transitar na esfera contra-hegemônica do discurso imposto pelo neoliberalismo, se apropria de novas formas políticas e de novas tecnologias, ampliando suas capacidades de agência e resistência, combatendo anos de silenciamento e transformando os meios de comunicação em novos territórios demarcados. Chegamos a esse entendimento a partir de uma pesquisa elaborada por meio de fontes bibliográficas e documentais, bem como da escuta de diversos episódios do referido programa e conversas informais com os participantes.

Palavras-chave: Juventudes Indígenas; Resistências; Culturas; Mídia.

Resumen: Este artículo presenta una experiencia de radio en el interior de la Amazonia brasileña, en la cual indígenas universitarios construyen y fortalecen sus propias prácticas y teorías comunicativas, a través de procesos dialógicos, dando visibilidad a sus costumbres, luchas y anhelos. El programa “hora do xibé”, producto de nuestro análisis empírico, al transitar por la esfera contrahegemónica del discurso impuesto por el neoliberalismo,

se apropria de nuevas formas políticas y de nuevas tecnologías, para ampliar sus capacidades de agencia y resistencia, de ese modo combatiendo años de enmudecimiento y transformando los medios de comunicación en nuevos territorios demarcados. Llegamos a esta comprensión a partir de una investigación elaborada a través de fuentes bibliográficas y documentales, así como también escuchamos diversos episodios del referido programa y realizamos conversaciones informales con los participantes.

Palabras clave: Jóvenes Indígenas; Resistencias; Culturas; Medios.

INTRODUÇÃO

É cotidiano. Os grandes meios de comunicação de massa exibem, a todo instante, a linha da história dos opressores. A grande mídia funciona como um dos dispositivos sociais que estimulam a adaptação cultural de uma nova forma econômica capitalista. As escolas de comunicação sustentam suas teorias baseadas em modelos que apenas ressaltam o caráter monolítico das mídias comprometidas com os interesses dos grupos hegemônicos. Essa prática nos induz ao desconhecimento das complexidades das mídias na contemporaneidade, principalmente a diversidade de meios de comunicação direcionados às visibilidades dos diferentes grupos existentes no mundo.

A narrativa empregada pela grande mídia constrói-se a partir de uma lógica dominante que suprime saberes, principalmente dos povos colonizados, colocando-os em espaços de subalternidade. Os discursos midiáticos, por exemplo, apresentam uma imagem estereotipada do indígena, reforçando o preconceito e uniformizando as identidades, criando, dessa forma, um modelo de índio. Quando o indígena não é tratado de forma pejorativa pelos programas jornalísticos, ele é colocado – em filmes, novelas e outros gêneros – na perspectiva folclórica, reforçando o senso comum de que a juventude indígena é homogênea, não reconhecendo assim suas diferenças.

Ideias como “não existem mais índios no Brasil”, “os índios estão perdendo sua cultura”, “os indígenas são preguiçosos, não trabalham e ainda querem mais terras”, “os índios têm muito privilégios”, propagadas pelo atual governo brasileiro, ganham amplitude pelas mídias massivas e, sem um debate transparente e intenso, acabam ajudando a construir o imaginário de ser índio hoje em dia no país. “Numa cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, são as representações que ajudam a

construir a visão de mundo do indivíduo” (KELLNER, 2001, p. 82). Restringir o conceito de mídia às expressões hegemônicas é, entretanto, um equívoco. Apesar de ser um fenômeno recente, despontam na América Latina diversas experiências de subversão e reinvenção da mídia tradicional que amplificam as vozes dissonantes, transformadoras e subjugadas.

Este artigo apresenta uma experiência de rádio, no interior da Amazônia brasileira, em que indígenas universitários constroem e fortalecem suas próprias práticas e teorias comunicativas, por meio de processos dialógicos, dando visibilidade a seus costumes, lutas e aspirações. O trabalho considera o contexto neoliberal (global e regional) no qual se inserem as formas de agência e resistência indígena, explorando, no entanto, uma perspectiva ampliada de culturas e abordando, como práticas concretas de análise, experiências radiofônicas, com especial destaque para o programa “A hora do xibé”.

Além de examinar fontes bibliográficas e documentais, colocamo-nos a ouvir diversos episódios, em torno de 20 programas, veiculados nos últimos dois anos, bem como tivemos conversas informais com os participantes. Cabe ressaltar que a discussão ora proposta faz parte de uma pesquisa em estado inicial. Portanto, os dados e análises apresentados estão concisos e a investigação em andamento.

CULTURAS, COLONIALIDADES E RESISTÊNCIAS

O capitalismo é inseparável da realidade de suas transformações, ou seja, ele é histórico e sempre atual, nunca sendo igual a ele mesmo. A cada crise, uma nova expressão de poder, uma nova forma; a cada período vivido, uma especificidade característica. Para Dardot e Laval (2016, p. 17), a faceta do capitalismo na atualidade é a mercantilização minuciosa de toda a sociedade por meio do neoliberalismo.

Essa forma concreta do capital intitulada neoliberal não se caracteriza apenas como outro regime de acumulação, não tem suas forças destinadas somente à questão financeira e mercantil. O neoliberalismo é uma nova racionalidade do capital, que saiu exclusivamente do “corpo” da economia para se expandir a todas as outras esferas, construindo uma espécie de cosmo social que regula todas as relações de vida do indivíduo, estando incorporado igualmente nas formas culturais, jurídicas, sociais e subjetivas, reforçando as modelagens capitalistas, eurocentradas, patriarcais, racistas, coloniais e modernas.

Nesse contexto neoliberal, é preciso pensar a atualidade das questões indígenas. De um lado, tem-se o discurso político desenvolvimentista atrelado aos interesses privados (como exemplo, mineradoras, hidrelétricas, madeireiros, agronegócio de larga escala em geral) e a suposta necessidade de se rever o vínculo do país com as terras indígenas. De outro, ideias como “não existe mais índios no Brasil” e “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”, entre outras, declaradas, em diferentes momentos, pelo atual presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, como já citamos, denotam quão aguda se tornou a articulação do viés da cultura com a agenda econômica.

Essa relação da cultura como sujeição tanto econômica quanto subjetiva, dissociada do contexto social e político e vinculada ao campo da mercadoria, necessita de um debate mais profundo. É preciso ter cuidado com a confusão que se faz do uso da interculturalidade e da descolonização pela sociedade ocidental contemporânea, caso contrário, apenas estaremos mudando os nomes de velhas práticas hegemônicas. Ao mesmo tempo, defender um discurso baseado num certo pessimismo de que em estruturas coloniais nada de novo se produz e que tudo estaria dado ao poder dessa cultura universalizante e hegemônica não nos ajuda a compreender a questão cultural na contemporaneidade.

Criador do conceito de “colonialidade do poder”, Anibal Quijano (2010) propõe repensarmos as teorias, as categorias epistêmicas e toda forma de produção do saber imposta pelo próprio poder eurocêntrico. O autor percebe a colonização muito além da (in)dependência política oficializada nos documentos históricos, que se configuram como construções colocadas a partir da visão de superioridade do “velho mundo”. Para ele, a colonialidade se constitui como um padrão de poder que opera em diferentes meios e dimensões, do macro ao micro, nas superestruturas e nas subjetividades.

O fim dessa suposta dependência colonial não encerra a superioridade do “velho mundo”; o que temos atualmente são poderes transformados para além da questão geopolítica. Da ocupação militar passamos para uma dominação cada vez mais sutil por meio do simbólico, dos discursos, da mídia e das subjetividades. Descolonizar não é apenas trocar nome de ruas, derrubar estátuas, falar diferentes línguas, sejam elas as locais ou a do colonizador, não é unicamente trocar o católico pelos cultos indígenas, enquanto o econômico, o social e, sobretudo, o subjetivo permanecem coloniais. Para Estermann (2014), pensar a (des)colonização no entendimento formal e limitado não é interessante. O importante é

compreender a colonialidade persistente até hoje, desde a acumulação de capital e a exploração de riquezas e espaços até outras formas de dominação internas, como o patriarcado, a misoginia e o racismo, por exemplo.

A interculturalidade, segundo Josef Estermann (2014), tem duplo sentido: um crítico e emancipador, o qual o autor defende, e o outro caracterizado como uma forma de fortalecer e maquiagem o discurso pós-moderno etnocêntrico. Para ele, é por meio da frágil dialética entre a falta de reflexão crítica sobre os processos de descolonização, que resultam num aprisionamento em nível meramente interpessoal, e o debate raso sobre as potencialidades e limitações dessa interculturalidade que comumente se pensa a relação entre as culturas.

De acordo com Zárate Perez (2014), a interculturalidade presume uma relação isométrica entre duas ou mais culturas, com respeito mútuo pelas formas de viver e pensar. Na prática, segundo o autor, essa forma de entender as culturas é uma utopia ou algo bastante efêmero, dado o quadro de discrepância sistêmica que vigora nas sociedades contemporâneas, na qual raramente duas culturas coexistem com igual grau de poder.

O termo cultura com seus diferentes graus de relacionamento e práticas internas é polissêmico. Segundo Sahlins (1997), passamos a ter uma “febre atual da cultura”, tudo está relacionado à cultura, o que acaba enfraquecendo sua real noção, definindo sua concepção às categorias de cultura das drogas, cultura da juventude, cultura funk, entre outras. O sentido de cultura não pode ser reducionista, pois é por seu intermédio que as ações simbólicas são construídas e organizadas produzindo significados para as práticas humanas. Compreender cultura a partir tão somente dos relacionamentos que se estabelecem com racismo, capitalismo ou imperialismo pode vir a se caracterizar como um suicídio epistemológico (SAHLINS, 1997).

A compreensão de cultura apenas no campo do consumo ou sendo mera demarcação das diferenças, fabricação de alteridades, ou ainda se nos limitarmos a olhar essa cultura apenas através das lentes do capital colonial e declarar que as culturas existentes estão subordinadas a um regime político opressivo, certamente nos aproxima de uma ideia de cultura estática, cerrada em modelos inertes, intransformável, fadada à submissão/sujeição dos povos sob as estruturas coloniais/imperiais/capitais.

Essa visão instrumentalizada que coloca a cultura como sendo apenas diferença cultural elimina a percepção das culturas humanas enquanto

formas de vidas. Temos mais uma visão colonial do conceito de cultura do que a resistência que ela representa. Cultura é um modo singular de um povo, é plural e está em constante embate com o imperialismo global (SAHLINS, 1997). Percebemos que, nas últimas décadas, os diferentes povos têm resistido, a partir de sua cultura, à dominação imposta. É pela particularidade cultural das formas de vida de um determinado povo que se ameaça a padronização da civilização europeia.

Em oposição ao discurso totalizante da grande narrativa da dominação ocidental tem-se a subversão das culturas não ocidentalizadas. Em discordância com a antropologia tradicional tem-se a multiplicidade de formas de vidas. Ao monologismo cultural ou à própria ideia do fim da cultura, os povos originários apresentam transformações, novas configurações que fogem ao nosso lento entendimento. Sahlins (1997) elabora a ideia de *develop-man*, um tipo de desenvolvimento com foco nas pessoas, que não deixa de propor uma lógica econômica global, mas que é muito diferente da globalização, da universalização, pois inclui a perspectiva das sociedades não capitalistas. “Os impulsos comerciais suscitados por um capitalismo invasivo são revertidos para o fortalecimento das noções indígenas da boa vida. Nesse caso, os bens europeus não tornam simplesmente as pessoas mais semelhantes a nós, e sim mais semelhantes a elas próprias” (SAHLINS, 1997, p. 60).

Nessa perspectiva, voltemos à questão da situação indígena na contemporaneidade. É fato que nos últimos anos as práticas desses povos vêm sendo constantemente apresentadas na arena pública, seja em pequenos grupos ou nos grandes meios de comunicação de massa, e não parece forçoso afirmar que, em grande parte dos discursos produzidos, permanecemos longe da real compreensão da realidade vivida por esses grupos étnicos.

Os discursos políticos e jurídicos também contribuem para a violação dos direitos indígenas e corroboram com a invisibilidade desses povos. A título de exemplo, em 2014, um juiz federal em Santarém, PA, proferiu uma sentença em que entendeu não mais existirem os povos indígenas Borari e Arapium, que habitam o baixo curso do rio Tapajós e o rio Arapiuns, no oeste do Pará. O fundamento principal foi de que não mais havia tradicionalidade nos modos de vida desses povos, haja vista terem incorporado em suas práticas socioculturais hábitos da sociedade hegemônica. Após recurso do Ministério Público Federal (2015) e ampla mobilização dos mais diversos povos indígenas do Brasil e de setores da comunidade científica, como a

Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a sentença foi anulada pelo Tribunal Regional Federal em Brasília.

Vislumbramos, então, que, na atual conjuntura, diferentes formas de racismo ocupam o cerne do debate político e estão fortemente presentes nos discursos oficiais e midiáticos, bem como estão atreladas à circulação dos produtos culturais de massa. Numa posição antagônica, entretanto, surgem novas formas de comunicação e modos de resistência desenvolvendo uma concepção mais dialógica, que contempla a diversidade e complexidade dos diferentes atores sociais, apresentando, portanto, rupturas nessa construção linear da informação. A mídia alternativa ou, de acordo com John Downing (2002), a mídia radical constrói uma narrativa contra-hegemônica nas temáticas envolvendo as questões indígenas.

As práticas das populações tradicionais são tratadas na grande mídia como algo inferior, e suas cosmologias e imaginários sempre são colocados como superstições e relacionados a uma cultura menor. O eurocentrismo está fortemente presente nesses formatos comunicacionais e na cultura de massa em geral. “A história colonialista se recicla nos discursos públicos contemporâneos” (HALL, 2006).

Cultura é produção de sentido, é dinamicidade e não está ligada apenas a artefatos, mas a rituais da vida cotidiana, perpassando, assim, todas as práticas sociais e sendo uma soma de tudo isso. Nesse sentido, a teoria dos estudos culturais é importante para compreendermos que hierarquias culturais não funcionam e que a cultura não designa indivíduos com características artísticas e intelectuais, mas sim considera todo e qualquer sujeito dentro do coletivo da vida humana.

Durante muito tempo, a cultura popular foi rejeitada. Nos livros classificados como oficiais ou até nos meios de comunicação de massa, a elite sempre esteve relacionada com a “verdadeira” cultura; sabíamos a respeito das suas formas de vestir ou comer, andar, se comportar, enquanto sobre as camadas populares nos informavam muito pouco e esse pouco sempre muito relacionado à violência e à estupidez. Podemos citar o predomínio da cultura escrita, que contribuiu em grande parte para a separação de elites e povo, e que tem grande importância cultural em nossa sociedade, mas, na verdade, pertence a uma minoria e nasceu de uma expansão forçada da tentativa de acabar com os costumes orais tradicionais, interferindo também no jeito nativo de falar, na história oral e na memória popular.

Organizar a cultura privilegiando os meios escritos é uma maneira de reservar para minorias a memória e o uso dos bens simbólicos. (...) o predomínio da escrita implica um modo mais intelectualizado de circulação e apropriação dos bens culturais, alheios às classes subalternas (...). Temos na América Latina mais histórias da literatura das elites que sobre manifestações equivalentes das camadas populares (CANCLINI, 2003, p. 143).

Negar a resistência dos povos é tão incompreensível quanto ignorar o sofrimento cruel que viveram esses povos traduzidos em violências extremas causadas por invasão, escravidão, expropriação de seus territórios, disseminação de doenças, entre outras formas de tentativas de extermínio. Faz-se necessária uma reflexão profunda sobre a complexidade dessas realidades, para percebermos que, mesmo diante de todo o sofrimento, esses povos conseguem extrair suas formas de (re)existir.

Hall (2006) argumenta que na contemporaneidade vivemos uma irrupção de contranarrativas, uma certa quebra de centralidade das epistemologias dominantes, o que provoca forte reação dos setores culturais conservadores. Manifestações agressivas contra a diferença, tentativas de recuperar a dominação total da Europa como eixo do mundo e ataques diversos à interculturalidade são algumas negações encontradas.

“A HORA DO XIBÉ” E OUTRAS EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS DE REINVENÇÃO E SUBVERSÃO MIDIÁTICAS

É nesse espaço de disputa entre a ideia de prostração dos povos originários diante do crescimento do discurso imperialista, que decreta o fim dos valores e da consciência cultural dos povos nativos diante a superioridade europeia, versus a perspectiva da resistência, das vozes subalternas insurgentes e o questionamento constante do sumiço das culturas indígenas, por exemplo, que traremos algumas experiências de comunicação que se apropriaram das mídias, ressignificando-as e produzindo visibilidade para as falas das juventudes indígenas.

As Rádios Insurgentes pertencentes ao movimento mexicano zapatista¹ elucidam o que estamos abordando, posto que nasceram com o

¹ Os zapatistas passaram os últimos 26 anos se organizando de maneira autônoma ao

objetivo de fortalecer os processos de autonomia das comunidades indígenas, provendo assim a difusão de suas culturas. Com o lema “a voz dos sem voz”, as rádios zapatistas compartilham informações, notícias, áudios e uma variedade de programas sobre a palavra, a música e a luta do próprio movimento zapatista e dos indígenas do mundo todo.

Ainda sobre os jovens zapatescos, no México, Morales (2015) nos apresenta a Rádio Totopo e seus processos de resistência e interações com pequenos coletivos e grupos indígenas. A autora esclarece que seu objetivo, ao pesquisar a aludida rádio, é revelar como as práticas e narrativas dos jovens participantes contribuem para o enfrentamento das dinâmicas hegemônicas na atualidade. “Radio Totopo es una vía para el entendimiento de las formas de resistencia de jóvenes zapotecos a los procesos actuales de subordinación y despojo que ponen en jaque la vida de los pueblos indígenas” (MORALES, 2015, p. 91).

Sobre a realidade brasileira na década de 1980 destacamos o “Programa de índio”. Apresentado por Ailton Krenak², Álvaro Tukano³ e outras lideranças, e considerado o primeiro programa de rádio feito por indígenas no país, foi ao ar pela rádio da Universidade de São Paulo, em 220 programas, durante cinco anos (1985-1990), num momento em que o Brasil passava por profundas mudanças políticas e sociais, sendo símbolo expressivo desse período de mudanças a intensa mobilização social que resultou na elaboração de uma nova Constituição, em 1988, um marco paradigmático para os direitos indígenas no país. Pela primeira vez, um texto constitucional brasileiro passa a reconhecer a identidade indígena como algo a não ser superado e assimilado, assegura o respeito à organização social, cultural e linguística desses povos, e garante, ainda, os direitos originários sobre a terra que ocupam, o que significa dizer que os direitos dos índios sobre seus territórios precedem a própria criação do Estado nacional.

Estado, construindo seus próprios sistemas de educação, comunicação, saúde e justiça, todos baseados na solidariedade, igualdade e esperança, na busca pela construção de seu (próprio) outro mundo possível.

² Ativista do movimento socioambiental e da defesa dos povos indígenas, é também jornalista, filósofo e escritor indígena. Na década de 80, teve uma atuação determinante na conquista dos direitos indígenas na Constituição de 1988.

³ Álvaro Tukano é um grande pensador e escritor, além de ser um dos principais nomes da resistência indígena nas últimas décadas.

Antes da publicação do atual texto constitucional, ser índio no Brasil era condição transitória e caminhava para a extinção. Tutelados pelo Estado e submetidos ao processo de aculturação, a ideia era transformar esses indígenas em trabalhadores do campo para que suas terras fossem entregues ao grande capital. Nesse contexto, no final da década de 1970, explodem as mobilizações pela inclusão dos direitos indígenas na Constituição, e um desses movimentos de resistência é o próprio “Programa de índio”, que, pelas ondas do rádio, trazia para o debate público, principalmente para os *Pariwat, Kerahi, Karaiwa*⁴ “a história, a luta e a cultura dos povos indígenas de nosso país”.⁵

Ocupando o espaço virtual, temos atualmente a rádio *web* Yandê, considerada a primeira rádio *web* indígena do Brasil, criada em 2013 por um grupo de jovens comunicadores e que também tem como objetivo a difusão da cultura indígena. Sua programação conta com entretenimento, informação e educação, trazendo para seus públicos um pouco da realidade de algumas etnias. Sobre a importância de pautar a questão indígena nos meios de comunicação, Renata Tupinambá, jornalista indígena e integrante da rádio citada, defende a ideia de que cada povo do país precisa ter “seu espaço de comunicação”, seja uma rádio ou qualquer outra mídia. “Autonomia é extremamente importante, sem ela é impossível haver real protagonismo. Existem pessoas que precisam de apoio, e a mídia não chega até elas (...), mas quando cada um sabe ser sua própria mídia muda tudo, não fica mais sujeito à invisibilidade” (TUPINAMBÁ, 2018).

Durante o Acampamento Terra Livre de 2017⁶ surgiu a Mídia Índia, um projeto de comunicação “feito por jovens indígenas e para jovens indígenas”. Sob o lema: “a voz do povo”, a Mídia Índia ocupa a internet com diferentes tecnologias comunicacionais como rádio/áudio, texto, fotografia, vídeo, entre outros. Um dos idealizadores do projeto, o jornalista indígena Erisvan Guajajara, sustentou que

⁴ *Pariwat, Kerahi e Karaiwa* são as formas como os Munduruku, Zo'ê e dezenas de etnias da família linguística Karib, respectivamente, se referem aos não indígenas.

⁵ Disponível em: <http://ikore.com.br/programa-de-indio/>. Acesso 30 maio 2021.

⁶ O Acampamento Terra Livre (ATL) é a maior reunião de povos indígenas no Brasil. Ocorre anualmente desde 2004, sempre no mês de abril, ocasião em que milhares de indígenas se encontram em Brasília com o propósito de trocar estratégias de luta e também cobrar do Estado brasileiro respeito aos seus direitos. Nos dois últimos anos (2020 e 2021), devido à pandemia do coronavírus, o ATL aconteceu em formato virtual com o *slogan*: “ocupando as redes, demarcando as telas”.

A Mídia Índia tem fortalecido a luta dos povos indígenas dando visibilidade às nossas tradições culturais, às nossas lutas nas bases e às nossas resistências enfrentadas no dia a dia. Através da Mídia Índia, nós conseguimos mostrar para os povos a nossa verdadeira história, a nossa verdadeira resistência, porque a luta é por nós, pelos nossos ancestrais e pelas futuras gerações, e o nosso próximo passo enquanto comunicadores indígenas é fortalecer mais essa rede (...). A gente fala tanto de demarcação de terra, agora estamos no momento também de demarcar as telas mostrando que os povos indígenas podem ocupar os meios da comunicação (GUAJAJARA, 2019).

Na mesma trajetória dessas mídias radicais mencionadas, temos “A hora do xibé”. Um programa de rádio veiculado desde 2007 na rádio educativa rural de Santarém, e que faz parte de um projeto de extensão da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), contando com a participação de jovens estudantes de diferentes etnias. Com transmissão também via *online*, pelas mídias sociais, vai ao ar todo sábado a partir de 10h, com duração de uma hora, aproximadamente. A programação inclui a valorização e divulgação dos saberes, crenças, mitos, histórias, culturas e identidades dos povos originários da região amazônica, especialmente a região do baixo Amazonas.

O programa “A hora do xibé” alcança toda a região do Tapajós, que está situada no oeste do Pará, coração da Amazônia brasileira. Uma região que, na atual política anti-indígena do governo de Jair Bolsonaro, sofre com os investimentos dos interesses privados vinculados a práticas neoliberais e neoconservadoras.

A região - um cenário que cumula deslumbrantes belezas naturais, amplas áreas passíveis de avanço da fronteira de extração de *comodities* e corredores estratégicos de logística de escoamento de bens - passou a ser, nas últimas décadas, alvo de intensa cobiça da especulação imobiliária, do agronegócio, de grandes projetos de infraestrutura, da acumulação fundiária e de ilícitos ambientais, causando profundos impactos sociais. Por outro lado, a região é também palco de inúmeras demonstrações de resistências e mobilizações sociais em busca de concretização de direitos.

Por muito tempo considerados “caboclos”, os treze povos indígenas do baixo Tapajós e Arapiuns⁷ começaram, em meados da década de 1990, a rejeitar tal estigma e passaram a reafirmar suas indianidades. Florêncio Vaz (2019, p. 116) denomina tal fenômeno “descaboclição”, caracterizado pelo despertar dos povos indígenas da região, em um contexto social, jurídico e político de reivindicação pelo “reconhecimento legal de seus territórios como Terras Indígenas (TI) e educação formal diferenciada, entre outros direitos assegurados pela Constituição brasileira aos povos indígenas”.

Esse cenário de mobilizações influenciou “fortemente no reaparecimento das coletividades e na apresentação de suas reivindicações como povos diferenciados” (VAZ, 2019, p. 117). Por óbvio, tal luta por reconhecimento desde então tem ocasionado inúmeras tensões, já que durante muito tempo se acreditou que na região já não mais existiam indígenas e dada a ameaça que as coletividades indígenas, ao buscar seus direitos, representam para os interesses privados que se estabeleceram e querem se estabelecer na região.

Convém ressaltar que o aparente silenciamento dos povos indígenas do baixo Tapajós e Arapiuns antes do despertar da década de 1990 pode vir a ser entendido mais como uma estratégia de sobrevivência do que propriamente um sucesso das práticas dominadoras. Trata-se de uma resistência silenciosa, reverberada em práticas outrora aplicadas no fazer cotidiano, como a pajelança, os rituais sagrados, a espiritualidade, o xamanismo, a fé nos encantados, as condutas coletivas.

Essa realidade tapajônica se insere numa conjuntura mais ampliada, em que a emergência dos povos indígenas na contemporaneidade nos mostra o quanto essas populações nunca foram de fato extintas, apesar dos esforços para as emudecer. Os povos indígenas, hoje, atuam de maneira multi, complexa, ocupando diversos espaços na sociedade, como as universidades e alguns meios de comunicação, o que de certo modo propicia visibilidade às demandas indígenas. De uma fala antes quieta, resiliente, estaríamos agora diante de uma fala ampliada, vociferada, protestada.

⁷ As treze etnias que habitam a região do Tapajós e Arapiuns são: Arapium, Apiaká, Arara-Vermelha, Borari, Jaraqui, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Munduruku-Cara Preta, Tapajó, Tu-paiú, Tapuia e Tupinambá.

OS PROGRAMAS DE RÁDIO “A HORA DO XIBÉ”

Faz-se necessário destacar, primeiramente, que o rádio, suporte comunicacional em que se propaga o programa “A hora do xibé”, é um importante instrumento nas lutas contemporâneas por autonomia. O veículo, que tem base na oralidade, forma expressiva tão presente nas populações amazônidas, possui características extremamente populares, sendo de maior alcance de público e com imensas possibilidades de comunicação, tanto em relação à técnica quanto nas questões que derivam da sua função social.

“A hora do xibé” tem gestão coletiva, sendo os próprios jovens, participantes do projeto de extensão, que fazem a produção, a direção e o roteiro. Os programas trazem em seu conteúdo informações, tanto locais quanto nacionais, que envolvem os povos tradicionais da Amazônia, bem como denuncia os megaprojetos a ser implantados – e que carregam consigo todo o poder de destruição das comunidades que habitam a região. O programa conta, ainda, com entrevistas de lideranças das comunidades e trocas de mensagens entre os ouvintes de diversas aldeias e quilombos, além de músicas da região, como carimbó, cantorias autorais de grupos indígenas que destacam as práticas culturais dos povos da floresta, e alguns *hits* de sucesso da indústria fonográfica também. Como diz a vinheta de abertura, “No ar, programa A hora do xibé, um programa que mistura a cultura da nossa Amazônia”. E essa cultura é vasta, diversa, não cabendo em padronizações que estão presas a um modelo de índio no passado.

O programa que foi ao ar no dia 23 de janeiro de 2021 abordou a proximidade da data que marca os 15 anos de existência de “A hora do xibé” e relembrou que o surgimento do programa estava atrelado às denúncias de crescimento do agronegócio na região, cujo símbolo foi a construção do terminal portuário da Cargil, empresa privada multinacional que produz e processa alimentos, sobretudo grãos. A chegada dessa empresa inaugurou na região um processo significativo de ocupação e abertura de novas áreas de expansão agrícola de larga escala, ocasionando desterritorializações de comunidades tradicionais e inúmeros conflitos sociais.

“Dar vez a indígenas, quilombolas e ribeirinhos, essa é a nossa cara” – essa assertiva expressada durante o aludido programa deixa perceber o quão nítido é o intuito de “A hora do xibé”.

O Xibé está entrando nos seus 15 anos (...). *Naquela época* tempo da chegada da soja em Santarém, da empresa Cargil. Gaúchos, mato-grossenses, goianos, homens brancos chegavam falando mal da gente. Preconceituosos, racistas, sentiam desprezo por nós, diziam que não sabíamos aproveitar, explorar nossa floresta. Diziam que iam trazer o desenvolvimento. E aí a gente decidiu fazer o programa para combater isso (A HORA DO XIBÉ, 23 jan. 2021, grifo nosso).

Em 2020, fiel à sua trajetória, o programa trouxe para o debate público a luta dos povos da região nos anos 1980, que resultou na criação da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, uma das mais importantes unidades de conservação do país, em que vivem milhares de famílias extrativistas, e cuja proteção especial da área representa, até hoje, um bloqueio legal, ainda que não integralmente eficaz, em face do avanço da exploração capitalista sobre a região, com especial destaque para a indústria madeireira. Um dos objetivos da Resex é que o modo de vida tradicional das comunidades que lá habitam seja respeitado e valorizado.

Em um dos programas veiculados no final desse ano de 2020, foi exibida uma entrevista com uma das moradoras da região, que participou ativamente do movimento de criação da Resex. Sua fala trouxe a importância de a juventude tomar consciência das lutas passadas que mobilizaram seus povos pela garantia de direitos, principalmente pela defesa do território, “para garantir a terra, a água, a floresta, o rio e tudo aquilo que não tem preço”. A intervenção da entrevistada chamou atenção, aliás, para um contraponto do que vivemos no tempo presente, em que uma pandemia atravessa e assola o século XXI, tendo possivelmente sua origem na relação cruel, desigual e extrativista das grandes cidades com a floresta. O programa ressaltou a importância de escutar a terra e as cosmologias indígenas, o que nos lembra a avaliação de Lagrou (2020, p. 5) ao relatar que, por sermos seres de convivência em escala planetária com problemas em comum, a nossa solução para esses conflitos também partirá do comum: “Virá da troca interdisciplinar e internacional de informações, mas virá sobretudo do que podemos aprender de outras tradições de pensamento que não se construíram sobre a separação dualista entre natureza e cultura”.

Outro programa, logo após as eleições de 2020, começa com o questionamento: “Políticos que não sabiam o caminho da periferia, descobriram. Foram na casa dos nossos ouvintes (...). Que lições podemos tirar? O que ficou pra você, negra, negro, indígena, homem e mulher? Temos representatividade?”.

Com tudo isso, podemos identificar que a potência de “A hora do xibé” não é apenas política, é, sobretudo, cultural, principalmente quando sua proposta inclui o resgate e a divulgação, por meio de músicas e histórias, do nheengatu, língua indígena dos povos da Amazônia, “destruída” no século XVIII a partir da criação do Diretório Pombalino, regime elaborado pelo marquês de Pombal na tentativa de integrar os indígenas à sociedade colonial, transformando-os em mão de obra escrava e impondo a obrigatoriedade da língua portuguesa e a proibição das línguas nativas como o nheengatu e o guarani. O projeto pombalino resultou no fortalecimento do etnocídio como política de Estado e no enfraquecimento de práticas socioculturais e linguísticas dos povos tradicionais. Na contemporaneidade, entretanto, o programa “A hora do xibé” mostra o quanto as culturas e línguas indígenas são resistentes e estão vivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A hora do xibé” apresenta seus temas próprios, não se restringindo a um trabalho secundário desenvolvido pela mídia hegemônica. Muito ao contrário, o programa transita na esfera contra-hegemônica, rejeitando a voz intermediada pelo outro. O programa se apropria de um meio massivo de comunicação transmutando e transmitindo novos sentidos e práticas, transformando esses meios de comunicação em um território, antes omitido, hoje em franco processo de demarcação autônoma em favor dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

Afirmamos, portanto, que o programa tem uma perspectiva dialógica, contemplando a diversidade de linguagens, saberes, culturas e vivências existentes na contemporaneidade, rompendo com a dicotomia que aprisiona jovens do interior da Amazônia, limitando-os a hábitos e práticas específicos ou romantizando-os sobre o ser indígena hoje.

No atual contexto, nossos antepassados são constantemente martirizados, a diversidade étnica suprimida, e o poder de fala só é consentido por intermédio de grupos hegemônicos. O futuro do Brasil se constrói sobre ruínas. A tentativa de padronização do indígena brasileiro continua presente nessa conjuntura histórico-político-econômica do capitalismo e da colonialidade do poder (QUIJANO, 2010). Os povos tradicionais, entretanto, continuam oferecendo respostas com suas lutas diárias contra a opressão e o silenciamento, apropriando-se de novas formas políticas e de novas tecnologias para ampliar suas capacidades de

agência e resistência. Como nos diz Viveiros de Castro (2019), no caso desses sujeitos, “existir é um iminente resistir, um reexistir”.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas** – estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. Col. Tamara Villarreal Ford, Genève Gil, LauraStein. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002.

ESTERMANN, Josef. Colonidad, descolonización e apuntes desde la filosofía intercultural. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 13, n. 38, p. 347-368, 2014.

GUAJAJARA, Erisvan. A Mídia Índia vem mostrando o protagonismo dos povos indígenas. Brasil, 19 de ago. 2019. **Facebook: Mídia Índia**. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=349077969329194>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru: Edusc, 2001.

LAGROU, Els. Nisun: a vingança do povo morcego e o que ele pode nos ensinar sobre o novo coronavírus. In: Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social em parceria com a revista **Sociologia & Antropologia**, 2020.

MINISTÉRIO Público Federal. **MPF/PA recorre contra decisão que declarou inexistentes duas etnias indígenas**. 10 fev. 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pa-recorre-contra-decisao-que-declarou-inexistentes-duas-etnias-indigenas>. Acesso em: 3 fev. 2020.

MORALES, Elena Nava. Rádio Totopo y sus jóvenes. Institucion es comunitárias y procesos de resistência. **Antipóda - Revista de Antropologia y Arqueologia**, Bogotá, n. 23, p. 89-112, 2015.

PROGRAMA DE ÍNDIO. Disponível em: <http://ikore.com.br/programa-de-indio/>. Acesso em: 30 maio 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica. Parte 1 e Parte 2. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73 e v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. **Fanzine Resistência na Mídi@**, São Paulo, n. 2, jul. 2018.

VAZ, Florêncio Almeida. A incômoda reorganização dos povos indígenas no baixo rio Tapajós. In: GARCÉS, Claudia Leonor López; SILVA, Cristhian Teófilo da; MORALES, Elena Nava (org.). **Desafiando Leviatãs: experiências indígenas com o desenvolvimento, o reconhecimento e os Estados**. Belém: MPEG, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Brasil, um país do futuro do pretérito**. Aula inaugural do Centro de Tecnologia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 14 de março de 2019. Disponível em: https://laboratoriodesensibilidades.files.wordpress.com/2019/05/brasil_pais_do_futuro_do_preterito.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

ZÁRATE PÉREZ, Adolfo. Interculturalidad y decolonialidad. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 20, p. 91-107, jan.-jun. 2014.